DECRETO-LEI N.º 7.305 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre os regimes de benefícios de família e de aposentadoria dos servidores civis dos Territórios Federais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os funcionários públicos civis e os extranumerários dos Territórios Federais são obrigatoriamente segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), a eles se aplicando o disposto no Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941.

Art. 2.º Os extranumerários dos Territórios Federais terão direito a aposentadoria nos termos dos Decretos-leis ns. 3.768, de 28 de outubro de 1941, 6.193, de 10 de janeiro de 1944, e 6.632, de 27 de junho de 1944.

Art. 3.º Para atender às despesas da aposentadoria instituída neste Decreto-lei, será incluída, em cada exercício, entre as dotações orçamentárias dos Territórios Federais, uma correspondente a 8 % do total da despesa orçada, no mesmo exercício, para pessoal extranumerário.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 365 — Em 1-2-1945 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Os Governadores dos Territórios Federais do Guaporé, Rio Branco e Acre iniciaram entendimentos com o Presidente do I.P.A.S.E., no sentido da extensão, aos servidores dos ditos Territórios, dos regimes de benefícios de família e de aposentadoria a que estão sujeitos os servidores da União.

2. Esses entendimentos apoiavam-se no Decreto-lei n.º 4.551, de 4 de agosto de 1942, que autoriza o acordo entre o I.P.A.S.E. e os Territórios Federais, para o fim especial de se estender aos servidores respectivos "o regime de previdência instituído para os servidores da União". Mais recentemente, o Decreto-lei n.º 7.154, de 14 de dezembro de 1944, reiterou essa autorização.

3. Julga, todavia, este Departamento, já ser oportuno tornar-se obrigatório o regime de benefícios de família para todos os servidores dos Territórios, em relação aos quais compete ao Presidente da República legislar, por força dos artigos 53 e 180 da Constituição. A possibilidade de acordo ficará restrita aos Estados, Municípios e Prefeitura do Distrito Federal.

4. No que se refere à aposentadoria, os funcionários já estão amparados, uma vez que se lhes aplica o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Resta estender aos extranumerários o regime a que estão sujeitos no Serviço Público Federal.

5. Em face do exposto, tenho a honra de submeter a V. Excia. o projeto de decreto-lei anexo, tornando extensivo aos servidores dos Territórios o regime de benefícios de família, instituído pelo Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e o de aposentadoria aos extranumerários, observada a legislação constante dos Decretos-leis ns. 3.768, 6.193 e 6.632, respectivamente, de 28-10-41, 10-1-44 e 27 de junho de 1944.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, Presidente.

Sin. — G. VARGAS.

(Assinado Decreto-lei n.º 7.305, em 7 de fevereiro de 1945).